

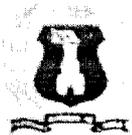
Ata da 1ª (primeira) Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 15 (quinze) de Janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.

Às 19 (dezenove) horas e 30 (trinta) minutos do dia 15 (quinze) de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Extraordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Vereador Professor Deza Soares e secretariados pela Vereadora Professora Ana Maria, atentando o Edital de Convocação da Presidência da Casa, com a seguinte pauta: Item 1: Edital de Convocação, de autoria da Presidência da Casa, Vereador Professor Deza Soares, de Sessão Extraordinária; Mensagem nº 01/2025, de autoria do Poder Executivo, referente ao Projeto de Lei nº 001/2025, que dispõe sobre o adiantamento do 13º salário dos servidores no mês de seu aniversário, e dá outras providências; Mensagem nº 02/2025, de autoria do Poder Executivo, referente a convocação de Sessão Extraordinária para a Câmara Municipal de Altaneira e Solicitação, dos Vereadores Paulo Robson, Tia Janne e Zé de Zuza, de convocação de Sessão Extraordinária para a Câmara Municipal de Altaneira. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Nonato; Tia Janne; Valmir Brasil e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão fundamentada no Art. 53, parágrafo 3º, da Lei Orgânica Municipal. No início dos trabalhos, o Presidente manifestou a sua esperança que de que nessa sessão extraordinária seja apresentada uma solução para o problema, haja vista que as partes envolvidas já fizeram pronunciamentos relativamente a situação financeira do município em suas respectivas redes sociais. Em uma questão de ordem, o Vereador Júnior do Povo citou que, em virtude de um dos itens da pauta da sessão ser a situação financeira do município, questionou a ausência do Secretário Municipal de Administração e Finanças. Informou, no ensejo, que fará requerimento solicitando participação do mesmo em outra oportunidade.

**PARTICIPAÇÃO DA PREFEITA MUNICIPAL ANA KÉSIA:** Após saudações e cumprimentos formais, a Prefeita Ana Késia informou ao Vereador Júnior do Povo que participações na sessão são uma escolha sua. Entretanto, informou acreditar que o Secretário Municipal de Administração e Finanças não irá se negar a participar. No ensejo, também deixou a sugestão para que o Vereador estenda o convite à ex-gestores. Afirmou que o tratado atualmente, são problemas da ex-gestão, afirmando que a sua administração será exemplo, ressaltando sua confiança em sua equipe. Acerca do Projeto de Lei nº 001/2025, que dispõe sobre o adiantamento do 13º salário dos servidores no mês de seu aniversário, e dá outras providências, afirmou que a iniciativa não impacta de forma alguma nas finanças do município e que trata-se de um direito do funcionário que foi retirando anteriormente. Seguidamente, abordou questões financeiras e administrativas de seu mandato, especialmente relacionadas ao saldo em contas públicas e à folha de pagamento de servidores. Ela destacou que parte dos recursos disponíveis é de uso restrito e não pode ser alocada para despesas gerais, como salários. Explicou que, mesmo havendo mais de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) em contas da saúde, apenas uma parcela desse valor total pode ser utilizada para a folha de pagamento devido a restrições legais. A Prefeita reforçou que não pretende cometer irregularidades, como pedaladas fiscais, para ajustar contas, e que busca transparência e legalidade na gestão. A Chefe do poder Executivo Municipal também enfatizou que não tolera desvio de função entre os servidores e ressaltou a importância de cada profissional atuar conforme sua função original. Segundo ela, isso garante a eficiência administrativa e o cumprimento das normas. Além disso, afirmou que seu foco é na gestão responsável, sem pensar em reeleição, e que está aberta ao diálogo com Vereadores e a atender as demandas da população. No que se refere à educação, a Prefeita mencionou que a folha de pagamento dessa área consome quase



R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), e criticou a gestão anterior que, de acordo com ela, deixou obrigações pendentes. Sobre os precatórios dos professores, explicou que são direitos garantidos e que pretende honrá-los, mesmo que os valores não sejam os esperados pela categoria. Para ela, os recursos destinados à educação devem ser aplicados exclusivamente nessa área. Outro ponto destacado foi o planejamento para infraestrutura, saúde e assistência social. A Prefeita citou desafios como a iluminação pública e a coleta de lixo, explicando as limitações enfrentadas pela administração. Também mencionou problemas com animais abandonados e a necessidade de políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. Ana Késia criticou a gestão anterior por, segundo ela, ter contribuído para os problemas financeiros e estruturais que sua administração herdou. Apesar das dificuldades, reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento de Altaneira, buscando parcerias e investimentos para transformar o município em um destaque regional nas áreas turística, cultural e religiosa. Retornando ao assunto da folha de pagamento, informou que, ainda que não seja sua obrigação, mas, sim, sua responsabilidade, irá efetuar os pagamentos dividido em duas ou três parcelas. Reiterou que os recursos recebidos após o dia 2 (dois) de janeiro serão destinados exclusivamente às despesas de sua gestão; que não teme a participação do Ministério Público e do TSE em sua administração, ao contrário de quem, segundo ela, "se esconde nas redes sociais e vai em jornalzinho barato fazer espetáculo" e informou que apenas no dia 30 (trinta) do mês vigente saberá em quantas parcelas será possível realizar o pagamento da folha. Trazendo uma informação a mais, informou que sua folha de pagamento será apaga rigorosamente dentro da lei, porém, afirmou que "não irá pagar conta de ninguém, nem irá tapar buraco de ninguém". Afirmou ainda que já fez os encaminhamentos para que o duodécimo seja repassado à Câmara, ainda que a data seja apenas dia 20 (vinte). Finalizou destacando que trabalhará incansavelmente para melhorar a qualidade de vida da população e elevar a cidade a um novo patamar. No momento destinado a comentários e questionamentos do Vereadores, o Presidente da Câmara, Professor Deza Soares, informou ter solicitado à contabilidade um levantamento sobre os recursos disponíveis para o pagamento das folhas salariais. Destacou que há um saldo de cerca de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) na pasta da saúde, entretanto, deste valor total, apenas R\$2.076.000,00 (dois milhões e setenta e seis mil reais) aproximadamente, poderiam ser utilizados para pagar a folha da referida pasta, lembrando ser este um saldo remanescente deixado pela gestão anterior. Quanto a Secretaria de Assistência Social, os recursos disponíveis somam cerca de R\$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), enquanto o Fundo Geral tem pouco mais de R\$19.000,00 (dezenove mil reais). Enfatizou a importância de informações claras e precisas à população, criticando tanto a Prefeita Ana Késia quanto o ex-Prefeito Dariomar Rodrigues por omissão de detalhes financeiros nas redes sociais. O Presidente defendeu que a prioridade deve ser o pagamento dos servidores e que despesas adicionais não podem comprometer os salários. Por fim, reforçou que um planejamento financeiro rigoroso é essencial para a organização do governo e para assegurar o pagamento dos servidores. O Vereador Professor Nonato trouxe a público os seguintes questionamentos: "pretende a equipe parcelar o pagamento em quantas vezes?", "a senhora também enxerga os prestadores de serviços como parte da folha?", já deixando a sugestão de que o mês de dezembro seja pago antes deste mês de janeiro, mesmo que a Prefeita não considere essa ser uma obrigação sua. O Vereador Paulo Robson agradeceu e reconheceu a transparência que a atual gestão está tendo, assim como a preocupação em solucionar o problema. A Vereadora Professora Ana Maria destacou que o Legislativo está comprometido em defender os interesses do povo de Altaneira, apoiando a sugestão do Vereador Professor Nonato e reiterando que não está na Casa para defender grupos políticos, mas, sim, os munícipes altaneirenses. O Vereador Paulo Geaneo reconheceu a responsabilidade da Prefeita Ana Késia em prometer o pagamento, mesmo que parcelado, e solicitou que questões políticas não fossem "misturadas" no debate. O Parlamentar reafirmou ainda o seu apoio aos esforços da Prefeita pelo desenvolvimento da cidade. Após ter respondido alguns dos questionamentos que lhe foram feitos, a Prefeita Ana Késia fez suas considerações finais saindo em



defesa de um governo unido, entre Legislativo e Executivo. Se colocou à disposição de todos os Vereadores e população altaneirense e afirmou que a oposição é importante para uma Administração Pública, desde que seja feita com responsabilidade. **PARTICIPAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FRANCISCO ADELTON:** Após cumprimentos e saudações formais, o Secretário Adelton destacou os desafios encontrados no município de Altaneira durante o período de transição administrativa. Iniciou explicando que foi elaborado um relatório detalhado sobre a situação da educação municipal, informando que esse processo envolveu visitas às escolas, análises de infraestrutura administrativa e investigação das contas financeiras, revelando problemas graves. Diante disso, revelou que uma questão central foi a constatação de que as finanças da educação estavam em estado crítico, trazendo a público que a equipe encontrou um saldo irrisório de R\$456,36 (quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos) no FUNDEB, um valor totalmente insuficiente para cobrir as despesas, especialmente a folha de pagamento dos profissionais da educação, afirmou. Prosseguindo, registrou que apesar de Altaneira ser reconhecida por resultados positivos e uma arrecadação proporcionalmente alta, a administração anterior deixou dívidas significativas e que a folha de pagamento da educação, que sozinha representa boa parte das despesas com pessoal do município, não pôde ser quitada devido à falta de recursos. O Secretário relatou despesas incomuns e excessivas no mês de dezembro, como compras de inúmeros instrumentos para a banda de música municipal e livros em grande quantidade e que mesmo após tentativas de intervenção e diálogo com a Secretária anterior da pasta, nenhuma solução foi encontrada antes da troca de gestão. A ausência de planejamento adequado e a priorização errada de despesas deixaram a secretaria em dificuldades severas, informou. Outros problemas destacados pelo chefe da pasta incluem: Falta de recursos livres para pagar salários: apesar de haver recursos em contas específicas, a maioria está vinculada a finalidades específicas, como manutenção da educação infantil, e não pode ser usada para a folha de pagamento; Dívidas acumuladas: com recursos de janeiro sendo utilizados para cobrir despesas de dezembro, cria-se um efeito cascata, comprometendo as contas dos meses seguintes e Licitações essenciais não concluídas: processos para merenda e transporte escolar, fundamentais para o início das aulas, não foram finalizados pela gestão anterior, deixando a atual administração em uma corrida contra o tempo para resolver a situação antes do início do ano letivo. Para mais, enfatizou que a gestão atual assumiu uma pasta considerada a mais rica do município, mas que na prática se revelou a mais pobre, devido à má administração anterior. Ele manifestou preocupação com a impossibilidade de iniciar o ano letivo em condições ideais, citando novamente a falta de transporte e alimentação escolar como entraves. Ao final, ressaltou que, apesar das dificuldades financeiras e operacionais, a equipe segue trabalhando para resolver os problemas, buscando transparência e apoio dos Vereadores e da comunidade. No entanto, pediu compreensão quanto aos desafios imediatos e destacou a necessidade de planejamento para evitar novos colapsos na educação municipal. No momento destinado a comentários e questionamentos do Vereadores, o Vereador Paulo Robson agradeceu pela oportunidade de esclarecimentos na Casa Legislativa e abordou questões levantadas em pronunciamentos e lives recentes, incluindo um do ex-Prefeito. Destacou que, embora não tenha certeza se comentários feitos na live foram direcionados a ele, sentiu-se na obrigação de esclarecer sua postura. Reiterou que sua conduta pública é transparente, mencionando que, antes de compartilhar informações, verificou cuidadosamente os dados disponíveis sobre as contas da educação. Focando na conta dos do FUNDEB, o Vereador revelou que os recursos dessa conta, destinados prioritariamente ao pagamento de professores, foram utilizados para outras despesas, o que ele considerou um grave desvio de finalidade. Assim, apontou que a movimentação em dezembro totalizou mais de R\$1,047.000,00 (um milhão e quarenta e sete mil reais), valor suficiente para cobrir a folha de pagamento no valor de R\$996.000,00 (novecentos e noventa e seis mil reais) e ainda deixar saldo. Entretanto, no dia 30 (trinta) de dezembro, mais de R\$830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais) foram utilizados para pagamentos a empresas fornecedoras de livros e instrumentos



musicais, além de outros itens menores, inviabilizando o pagamento da folha. Concluiu endossando o que o Secretário já havia apresentado e lamentou a má gestão dos recursos do FUNDEB, destacando a importância de priorizar o pagamento de professores. O Vereador Júnior do Povo reconheceu avanços da gestão anterior na educação, destacando melhorias nos índices educacionais do município. Questionou o acesso às contas públicas, ao mesmo tempo em que apontou aumento nos repasses do FUNDEB para este ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), enfatizando a importância do planejamento para evitar o uso inadequado destes recursos. O Parlamentar defendeu a aplicação do fundo diretamente para pagamento de professores, conforme a nova lei, e destacou a responsabilidade da gestão em garantir eficiência e continuidade. O Vereador Zé de Zuza questionou sobre a constância dos gastos da gestão anterior, se os mesmos mantiveram uma média ou se houve evolução nos gastos do município. Em face de a sessão estar chegando a 4 (quatro) horas de duração, motivo pelo qual, o Presidente Professor Deza Soares prorrogou a sessão por mais uma hora, na forma do art. 171 o Regimento Interno. O Vereador Professor Nonato destacou a necessidade de transparência na análise dos extratos bancários do município e propôs a discussão de um requerimento para solicitar informações detalhadas à prefeitura. Questionou a ausência de acessos a equipamentos e sistemas da gestão anterior, mencionando possíveis falhas na transição de governo, como o descarte de senhas por funcionários. Por fim, lamentou a falta de acompanhamento adequado dos recursos públicos na educação, reforçando a seriedade das leis que regem o setor. Após ter respondido aos questionamentos suscitados pelos Vereadores, o Secretário fez suas considerações finais e encerrou sua participação. **PARTICIPAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO, ARIIVALDO SOARES:** Após saudações e cumprimentos iniciais, o Secretário abordou diversos temas relacionados à gestão financeira do município, enfatizando a importância de transparência, responsabilidade e cumprimento das obrigações legais e constitucionais. Destacou que a administração atual tinha conhecimento prévio das condições financeiras herdadas e que os recursos, como o ICMS e fundos federais para saúde e educação, são regidos por regras contábeis e orçamentárias bem definidas. Ressaltou que a Prefeitura se comprometeu a honrar dívidas empenhadas e liquidada pela gestão anterior, mesmo que não saiba o prazo ou a forma exata de pagamento, dependendo da disponibilidade de recursos e orientações técnicas. Mencionou a necessidade de encerrar o exercício financeiro anterior para que a equipe técnica possa avaliar a situação e determinar o melhor curso de ação, evitando medidas incompatíveis com a legislação. Esclareceu que o pagamento de salários de servidores, como os do PSF, depende da separação adequada de aportes federais e municipais, e que a Prefeitura busca manter sua credibilidade, evitando inadimplências. O orador também aproveitou o ensejo para destacar a diferença entre decisões políticas e técnicas, reforçando que ambas estão presentes no exercício da gestão pública. Teceu críticas a falta de planejamento e possíveis falhas na transição administrativa, mas, elogiou a atual Prefeita pela transparência e pelo compromisso com os serviços essenciais, mesmo diante das dificuldades herdadas. Além disso, reforçou seu apoio aos servidores municipais, afirmando que os salários são mais que uma obrigação contratual, sendo também uma garantia de dignidade e sustento. Ele enfatizou a necessidade de justiça e responsabilidade no trato com os recursos públicos, defendendo a obtenção de documentos, como extratos bancários, para fundamentar qualquer acusação ou defesa. Por fim, o chefe da pasta reiterou seu compromisso com a verdade e a justiça, tomando decisões que representem o melhor interesse da população, reafirmando a natureza política e responsável de seu papel. Assim como ocorreu com os demais oradores, os Vereadores fizeram considerações acerca da fala do Secretário. Os Vereadores agradeceram a participação do Secretário e fizeram tratativas referentes a assuntos já debatidos anteriormente. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Professor Deza Soares agradeceu a participação de todos os presentes e ouvintes e a assessoria interna e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 15 de janeiro de 2025.